

## Dinheiro de contratos na Petrobras era repartido, diz ex-diretor

As grandes empresas contratadas pela Petrobras para tocar projetos de produção, gás e energia costumavam fazer um “acordo prévio” para acrescentar em seus orçamentos uma taxa para agentes políticos. Cerca de 3% dos valores dos contratos eram desviados para “ajuste político” e repassados a partidos, conforme afirmou o ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa durante interrogatório à Justiça Federal, nesta quarta-feira (8/10), em Curitiba.

### Reprodução

As gravações foram incluídas em um dos processos a que o ex-diretor responde em Curitiba. Os vídeos estão disponíveis sem sigilo. Costa (*foto*) ingressou na Petrobras por concurso, mas disse que só conseguiu uma cadeira na diretoria em 2004 por indicação do PP, com influência do ex-deputado federal José Janene (PP-PR), morto em 2010. “As diretorias e presidências da Petrobras foram sempre por indicação política”, afirmou.

Da taxa de 3% para agentes políticos citada por ele, o PT ficava com dois terços dos valores e deixava o restante para o PP, ainda segundo o ex-diretor. Desse 1%, “em média 60% ia para o partido, 20% para despesas às vezes de emissão de nota fiscal e para envio e 20% restantes eram repassados assim, 70% para mim e 30% para o [ex-deputado José] Janene ou [para o doleiro Alberto] Youssef”.



“Eu recebia em espécie normalmente na minha casa, ou no shopping ou no escritório, depois que abri a minha companhia lá de consultoria [que abriu depois de se aposentar, em 2012]”, afirmou no interrogatório. Quem fazia a entrega do dinheiro, segundo ele, era Youssef ou Janene.

Costa foi preso em março em meio à operação lava jato, que investiga suposto esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas que seria comandado por Youssef. Ele assinou acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal. Outros interrogados na última quarta preferiram ficar em silêncio.

Em nota, o PT negou que tenha recebido repasses financeiros originados de contratos com a Petrobras e disse que estuda adotar “medidas judiciais cabíveis”. “Lamentamos que estejam sendo valorizadas as palavras do investigado, em detrimento de qualquer indício ou evidência comprovada”, declarou no texto o presidente nacional da sigla, Rui Falcão.

**Ouçã trechos do depoimento, divulgados pelo jornal O Estado de S.Paulo:**

**Ação Penal: 5026212-82.2014.404.700**



*\* Texto atualizado às 16h50 do dia 9/10/2014 para acréscimo de informações.*

**Date Created**

09/10/2014